

O terrorismo do senso comum delirante ou de como optar pelo silêncio é escolher o conformismo

Plagiando o anúncio, bem podia dizer-se dos professores: eles queixam-se, queixam-se, queixam-se, mas não propõem nada!

Como lembrava Manuel António Silva, num seu texto aqui publicado no mês de Abril (p. 21), Marx, na Contribuição para a Crítica da Economia Política, a certo passo afirma que ?nada é mais fastidioso e árido do que o locus communis possesso de delírio?. Ora os portugueses são confrontados diariamente com um discurso público, sobre a educação, baseado num senso comum delirante. Tal discurso, vindo dos mais diversos protagonistas, incluindo o Senhor Presidente da República, mais não fazem do que aumentar a desorientação, o pessimismo e a desconfiança em torno da escola e dos professores.

Nunca é demais repetir a nossa perplexidade pelo facto de, existindo no país milhares professores e de investigadores em educação, a comunicação social e as autoridades teimarem em se socorrer, para comentadores e conselheiros em educação, de pessoas que no campo educativo são apenas informadas pelo preconceito.

Espero há anos ver professores, grupos de professores, escolas, departamentos do ensino básico, secundário e superior, universidades e politécnicos, levantarem publicamente a voz no sentido de contraditarem certos discursos do senso comum delirante que são prejudiciais ao processo educativo e desinformam e deseducam a generalidade da população portuguesa. A educação e o ensino não se fazem só nas salas de aula e nos gabinetes. Também se fazem, ou fazem-se sobretudo, na Praça da República ou, se preferirem, na Praça Pública.

O contraditório dos professores não pode ser um discurso corporativo. Não se trata de «defender a classe» da crítica que lhe é exterior. Qualquer ciência e qualquer actividade profissional só o são se no seu interior existir uma forte prática de crítica e de autocritica. Os principais críticos dos profissionais da educação e do ensino, têm de ser os próprios educadores e professores. E é a sua crítica e autocritica informada que melhor servem o desenvolvimento da escola, a inovação e a profissão. A crítica informada, vinda do interior ou do exterior, será sempre bem vinda. Mas os professores devem contraditar a crítica não informada, irresponsável, baseada na ignorância e no preconceito e que se mostra incapaz de reconhecer a realidade e a sua diversidade. Entre outras coisas, tal crítica trata as escolas e os professores como entidades abstractas e homogéneas, como estereótipos. Ora as escolas, os alunos e os professores, são tudo menos isso. Quem quiser entender a educação e os que dela participam, deve estudá-los na sua imensa variedade, diversidade e complexidade.

A crise, deste sistema educativo que herdámos do século XIX, é uma realidade. As principais vítimas dessa crise são as novas gerações e os professores.

Tenho aqui repetido, ao longo dos anos, que o fim da sociedade industrial ? ou a sua transformação ? para a qual o nosso sistema educativo foi talhado, implica, não uma reforma, mas uma mudança radical do sistema educativo, implica a sua reinvenção ou reconfiguração. Os novos ritmos e formas de produzir conhecimento, bem como a obrigação de agora dar formação a todos os cidadãos ? e já não a de separar «capazes» de «incapazes» ? implicam mudanças radicais. Reconhecer a existência da crise implica a construção progressiva de um novo sistema educativo. Não se pode pensar que os problemas com que todos nos confrontamos hoje, no campo da educação, se resolvem com o regresso às práticas do passado como quer fazer crer o senso comum delirante. O discurso do senso comum delirante deixa-nos entender muita coisa. Mas ele é, sobretudo, um discurso da nova classe média. De uma burguesia fresca, recém promovida. Uma burguesia com medo de que os seus filhos sejam tratados como os pobres e não como uma «casta» social que se vê, e se quer, socialmente promovida. O terror destes pais é que as crias não dêem continuidade à sua promoção social, que não venham a ser profissional e socialmente melhor sucedidas do que eles foram e que, em imensos casos, não realizem os sonhos que lhes escaparam. Pobre filho de pai que sempre se sonhou atleta! Pobre filha de mãe que sempre se sonhou esguia, princesa e bailarina!

Estes pais estão convencidos que o sucesso das suas crianças depende de a escola lhes recheiar os pequenos cérebros de conhecimentos disciplinares. Pedem por isso mais dias de escola, mais horas de aulas, mais rigor, mais avaliação, mais disciplina, mais estudo acompanhado, mais explicações.

Outro erro destes pais é pensarem que a escola pode, e deve, substituir as instituições sociais que estão em manifesta crise, a começar pela família e pelas igrejas. Acreditam que a escola pode, e deve, suprir o deserto cultural e educativo em que transformaram as suas comunidades. E que ela pode fazer pelas suas crias o que a comunidade ignora e os pais não fazem por andarem obcecados pelo trabalho, a televisão, o conforto ou a carreira. Estamos todos perante uma realidade inescapável. A sociedade muda permanentemente. Há hoje cada vez mais ciência e tecnologia para aprender. O seu ritmo de produção, de inovação e de desactualização é cada vez mais acelerado. A ciência tem novos campos que põem em causa a noção de ciência herdada do Iluminismo de há duzentos anos e que continua a ser a base do nosso sistema curricular. Por outro lado, alargou-se imenso o campo da educação social necessária ao comum dos cidadãos. Na vida já não há um tempo para aprender e outro para fazer. Agora, a vida é toda ela tempo de aprender e de fazer. A escola já não é uma coisa de crianças e jovens. É

uma instituição que se quer aberta a todos os cidadãos de todas as idades.

Estas e outras realidades pedem que se considere com urgência a reconfiguração do sistema educativo. Que se considere a possibilidade de o novo sistema educativo ser constituído por dois subsistemas, dialogantes, um escolar, de âmbito nacional, voltado para o ensino da ciência e tecnologia e outro de educação social, comunitário, de âmbito municipal, que responda às inúmeras formações necessárias aos cidadãos de hoje e à ocupação útil, lúdica e prazerosa do tempo dos mais novos e dos mais velhos.

O discurso do senso comum delirante, agarrado a paradigmas do passado, é prejudicial e perdeu sentido. Pensar a transformação do actual sistema educativo, é muito mais do que insistir na salvação do velho e híbrido sistema que temos.

Hoje, os professores e os alunos têm dificuldade em saber para que serve a escola. Pedem-lhes tudo. Mistura-se a matemática, com a Sida, o inglês, a educação sexual, o património, a informática?

E agora professor? Deve preocupar-se com os exames de português ou com a circulação rodoviária? Com a história ou com a droga? Leva os alunos ao laboratório ou ao circo? Responde ao conselho pedagógico ou à associação de pais? Ao executivo do agrupamento ou à vereadora da câmara municipal? Nesta baralhada que formação pede? A que lhe permite lidar com a ciência ou a que o prepara para tomar conta das crianças das oito da manhã às dez da noite enquanto pais e mães vão trabalhar e flautear?

A Senhora Ministra da Educação disse que a escola não precisa de mudar mas de funcionar. Saberá a Senhora Ministra de que escolas está a falar? No mínimo, os educadores e professores precisam de tempo, de espaço, de horário e de autonomia para investigar, estudar, ensinar, pensar, comentar, dialogar, propor, numa palavra, trabalhar. Mantenham-se, pelo menos, as portas da mudança abertas em cada escola, podem alguns, apesar de tudo, decidir entrar.